

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	48
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	355.983
Preferenciais	0
Total	355.983
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	893.747	911.729
1.01	Ativo Circulante	126.844	141.423
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	585	3.710
1.01.02	Aplicações Financeiras	27.581	21.809
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	27.581	21.809
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	27.581	21.809
1.01.03	Contas a Receber	76.306	93.136
1.01.03.01	Clientes	76.306	93.136
1.01.03.01.01	Contas a Receber e Fornec. a Faturar	94.673	112.671
1.01.03.01.02	Provisão Para Perdas (Lei 9.430/96)	-14.271	-13.547
1.01.03.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	-4.096	-5.988
1.01.04	Estoques	10.949	9.995
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.003	7.771
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.003	7.771
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.345	4.939
1.01.07.01	Antecipações Salariais	2.863	4.504
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	482	435
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	75	63
1.01.08.03	Outros	75	63
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	75	63
1.02	Ativo Não Circulante	766.903	770.306
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	57.963	62.797
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.560	6.271
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	6.560	6.271
1.02.01.03	Contas a Receber	32.144	35.769
1.02.01.03.01	Clientes	32.144	35.769
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.618	7.166
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.618	7.166
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.641	13.591
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	12.406	13.361
1.02.01.09.04	FGTS não Optantes	235	230
1.02.02	Investimentos	239	240
1.02.02.01	Participações Societárias	239	240
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	239	240
1.02.03	Imobilizado	704.400	703.390
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	537.466	428.943
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	58.173	60.282
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	108.761	214.165
1.02.04	Intangível	4.301	3.879
1.02.04.01	Intangíveis	4.301	3.879

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	893.747	911.729
2.01	Passivo Circulante	116.205	107.860
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.588	19.424
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.244	4.679
2.01.01.01.01	INSS	4.356	3.653
2.01.01.01.02	FGTS	888	1.026
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.344	14.745
2.01.01.02.01	Salários e Ordenados	118	187
2.01.01.02.02	Férias	18.341	14.558
2.01.01.02.03	Décimo Terceiro Salário	6.885	0
2.01.02	Fornecedores	22.009	24.305
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.009	24.305
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.467	15.971
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.922	15.319
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.704	4.135
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	2.363	2.263
2.01.03.01.03	Cofins	5.994	6.823
2.01.03.01.04	Pasep	1.301	1.480
2.01.03.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Parcelados	402	386
2.01.03.01.06	Cofins S/ Terceiros	102	150
2.01.03.01.07	Pis S/ Terceiros	22	32
2.01.03.01.08	Contribuição Social S/ Terceiros	34	50
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	545	652
2.01.03.03.02	FUNDAP	402	417
2.01.03.03.03	ISS S/ Terceiros	143	235
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	33.477	34.583
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	32.233	33.404
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	32.233	33.404
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.244	1.179
2.01.05	Outras Obrigações	10.170	5.400
2.01.05.02	Outros	10.170	5.400
2.01.05.02.04	Processos Julgados	488	69
2.01.05.02.05	Títulos a Pagar - Irmandade	1.411	1.388
2.01.05.02.06	Adiantamento de Receita	1.122	1.131
2.01.05.02.07	Consignados a Recolher	1.185	1.001
2.01.05.02.08	Cauções e Valores em Garantia	248	231
2.01.05.02.09	Retenções Processos Trabalhistas	610	310
2.01.05.02.10	Fundo de Arrecadação Auxílio Deficiente	263	249
2.01.05.02.11	Subvenções Governamentais	4.652	733
2.01.05.02.12	Outras Contas a Pagar	191	288
2.01.06	Provisões	6.494	8.177
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.494	8.177
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	6.494	8.177
2.02	Passivo Não Circulante	409.281	443.379
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	220.414	249.388

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	163.359	191.695
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	163.359	191.695
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	57.055	57.693
2.02.02	Outras Obrigações	14.102	15.665
2.02.02.02	Outros	14.102	15.665
2.02.02.02.03	Títulos a Pagar	10.819	11.333
2.02.02.02.04	Tributos parcelados	2.694	3.748
2.02.02.02.06	Depósitos Judicial - Autuação INSS	354	354
2.02.02.02.07	FGTS não Optantes	235	230
2.02.04	Provisões	69.684	71.338
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	69.684	71.338
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	971	971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.780	4.344
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	66.490	65.580
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	443	443
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	105.081	106.988
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	105.081	106.988
2.02.06.03.01	Subvenções Governamentais	105.081	106.988
2.03	Patrimônio Líquido	368.261	360.490
2.03.01	Capital Social Realizado	355.983	320.965
2.03.02	Reservas de Capital	4.507	4.563
2.03.02.07	Correção Monetária Especial	1.729	1.785
2.03.02.08	Doações e Subvenções	2.778	2.778
2.03.04	Reservas de Lucros	-6.600	34.962
2.03.04.01	Reserva Legal	0	2.659
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	31.267
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	1.036
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	-6.600	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.371	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	120.881	235.331	120.574	231.388
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-76.490	-144.766	-68.259	-133.007
3.03	Resultado Bruto	44.391	90.565	52.315	98.381
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.950	-60.140	-27.863	-53.336
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.847	-25.083	-8.992	-20.144
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.681	-40.824	-20.333	-36.858
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.647	5.836	1.475	3.683
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-69	-69	-13	-17
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.441	30.425	24.452	45.045
3.06	Resultado Financeiro	-6.582	-13.898	-8.145	-17.036
3.06.01	Receitas Financeiras	2.426	6.579	2.821	5.302
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.008	-20.477	-10.966	-22.338
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.859	16.527	16.307	28.009
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-391	-2.156	-846	-2.933
3.08.01	Corrente	-441	-1.608	-760	-2.706
3.08.02	Diferido	50	-548	-86	-227
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.468	14.371	15.461	25.076
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.468	14.371	15.461	25.076
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0044	0,044	0,0482	0,0787
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0044	0,044	0,0482	0,0787

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.468	14.371	15.461	25.076
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.468	14.371	15.461	25.076

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	58.414	43.777
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.043	71.426
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	16.527	28.009
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	17.233	16.770
6.01.01.03	Custos das baixas do ativo permanente	69	16
6.01.01.04	Provisão perdas realização de créditos	3.372	3.426
6.01.01.05	Provisão créditos liquidação duvidosas	-1.931	-11
6.01.01.06	IR e CSLL diferidos, líquidos	548	228
6.01.01.07	Juros sobre financiamentos	15.517	18.265
6.01.01.08	Encargos financeiros antecipados	2.739	1.242
6.01.01.09	Juros s/tributos parcelados - Longo Prazo	127	186
6.01.01.10	Variações monetárias s/financiamentos	2.406	3.504
6.01.01.12	Provisões para contingências	-2.564	-209
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.371	-27.649
6.01.02.01	Contas receber e fornecimentos a faturar	19.002	7.261
6.01.02.02	Estoques	-954	31
6.01.02.03	Contas a pagar fornecedores	-2.787	-11.357
6.01.02.04	Contas a pagar empregados	13.827	4.314
6.01.02.05	Receitas (Despesas) antecipadas	-56	85
6.01.02.06	Juros pagos	-18.300	-22.122
6.01.02.07	Pagto./Restituição de IRPJ ou CSLL	-6.072	-5.569
6.01.02.08	Depósitos Vinculados	-289	-292
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.733	-54.519
6.02.01	Compra de ativo imobilizado	-18.733	-54.519
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-37.034	19.100
6.03.01	Financiamentos obtidos	1.343	524
6.03.02	Arrendamento mercantil	0	-1.146
6.03.03	Pagamento de dividendos	-6.600	0
6.03.04	Amortização e financiamentos	-32.242	-15.753
6.03.05	Pagamento arrendamentos financeiros	-1.547	0
6.03.07	Subvenções governamentais	2.012	35.475
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.647	8.358
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.519	19.988
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.166	28.346

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	320.965	4.563	34.962	0	0	360.490
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	320.965	4.563	34.962	0	0	360.490
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.371	0	14.371
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.371	0	14.371
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	35.018	-56	-41.562	0	0	-6.600
5.06.04	Capitalização de Reservas	35.018	-56	-34.962	0	0	0
5.06.05	Dividendos pagos	0	0	-6.600	0	0	-6.600
5.07	Saldos Finais	355.983	4.507	-6.600	14.371	0	368.261

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	316.008	4.773	3.820	0	0	324.601
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	316.008	4.773	3.820	0	0	324.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.076	0	25.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.076	0	25.076
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	4.957	-210	-3.820	0	0	927
5.06.04	Capitalização de Reservas	4.030	-210	-3.820	0	0	0
5.06.05	Capitalização Partes Relacionadas	927	0	0	0	0	927
5.07	Saldos Finais	320.965	4.563	0	25.076	0	350.604

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	254.291	245.895
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	230.968	218.503
7.01.02	Outras Receitas	20.335	26.455
7.01.02.01	Prestação de Serviços	11.182	20.049
7.01.02.02	Redes de Água e Esgoto	3.387	2.742
7.01.02.03	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	5.766	3.664
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	4.430	4.351
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.442	-3.414
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-68.958	-72.860
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-43.734	-47.164
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.209	-18.772
7.02.04	Outros	-8.015	-6.924
7.02.04.01	Materiais Químicos	-8.015	-6.924
7.03	Valor Adicionado Bruto	185.333	173.035
7.04	Retenções	-17.232	-16.768
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.232	-16.768
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	168.101	156.267
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.581	5.302
7.06.02	Receitas Financeiras	6.581	5.302
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	174.682	161.569
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	174.682	161.569
7.08.01	Pessoal	98.525	77.155
7.08.01.01	Remuneração Direta	72.072	56.261
7.08.01.02	Benefícios	20.877	16.729
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.576	4.165
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.943	30.456
7.08.02.01	Federais	33.097	28.266
7.08.02.02	Estaduais	539	908
7.08.02.03	Municipais	1.307	1.282
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.843	28.882
7.08.03.01	Juros	14.901	17.898
7.08.03.02	Aluguéis	6.366	6.544
7.08.03.03	Outras	5.576	4.440
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.371	25.076
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.371	25.076

Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais)

A Companhia encerrou o 2º trimestre de 2012 com um lucro líquido de R\$ 1.498, contra R\$ 15.461 apurados no 2º trimestre de 2011. Os comentários a seguir elucidam o desempenho em relação ao apurado no mesmo período do ano anterior:

- 1) A receita líquida de vendas e serviços registrou um avanço de 0,3%, com uma evolução em valores absolutos de R\$ 307, em virtude dos seguintes acontecimentos:

Descrição	2º trimestre de 2012	2º trimestre de 2011	Variação nominal	Variação percentual
Receita Bruta Fiscal				
Abastecimento de água e saneamento	130.796	123.179	7.617	6,18
Prestação de serviços	4.786	11.785	(6.999)	(59,39)
Redes de água e esgoto	2.016	1.285	731	56,89
	137.598	136.249	1.349	0,99
Descontos, Retificações e Devoluções	(11.496)	(10.535)	(961)	9,12
Contribuições Sobre Vendas e Serviços	(5.221)	(5.140)	(81)	1,58
Total Receita Líquida de Vendas e Serviços	120.881	120.574	307	0,25

1.1) “Abastecimento de Água e Saneamento”: +R\$ 7.617, pelo reajuste tarifário de 6,9% aplicado a partir de 03 de novembro de 2011, aliado ao crescimento do volume faturado em 0,2% (vide tabela abaixo);

1.2) “Redes de Água e Esgoto”: +R\$ 731, pelo maior número de contratos assinados para estas obras, (254 contratos a mais em relação ao mesmo período do ano anterior);

Em contraposição foi verificada a seguinte queda:

1.3) “Prestação de serviços”: -R\$ 6.999, pela queda do faturamento com contratos em obras externas (5 contratos a menos em comparação ao mesmo período de 2011) e de Participações de Tratamento de Esgoto com 11 contratos a menos em relação ao período anterior;

Volume Faturado de Água e Esgoto (milhares de m³)

Categoria de Uso	Abril a Junho						Variação %		
	2012			2011					
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Residencial (1)	18.066	14.937	33.003	17.994	14.827	32.821	0,40	0,74	0,55
Pública	553	552	1.105	586	570	1.156	-5,63	-3,16	-4,41
Comercial	2.234	2.040	4.274	2.263	2.056	4.319	-1,28	-0,78	-1,04
Industrial	218	286	504	220	276	496	-0,91	3,62	1,61
TOTAL	21.071	17.815	38.886	21.063	17.729	38.792	0,04	0,49	0,24

Valor Faturado de Água e Esgoto (milhares de R\$)

Categoria de Uso	Abril a Junho						Variação %		
	2012			2011					
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Residencial (1)	39.636	34.324	73.960	36.759	32.166	68.925	7,83	6,71	7,31
Pública	6.794	7.134	13.928	6.655	6.941	13.596	2,09	2,78	2,44
Comercial	15.511	15.094	30.605	15.380	14.407	29.787	0,85	4,77	2,75
Industrial	2.121	2.037	4.158	2.071	1.969	4.040	2,41	3,45	2,92
TOTAL	64.062	58.589	122.651	60.865	55.483	116.348	5,25	5,60	5,42

Nota:

1) A categoria **Residencial** representa os consumos das sub-categorias Residencial-Padrão, Residencial com Ligação Coletiva e Residencial – Pequeno Comércio.

- 2) Os custos das vendas e serviços avançaram 12,1% ou R\$ 8.231 (vide quadro abaixo), em decorrência dos seguintes acontecimentos:

Comentário do Desempenho

composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2º Trimestre de 2012 Sistema Operativo			2º Trimestre de 2011 Sistema Operativo			Variação dos sistemas	Variação percentual dos sistemas
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	2012 - 2011	2012 - 2011
Salários e encargos	24.586	16.561	41.147	19.432	13.943	33.375	7.772	23,29
Materiais de tratamento	2.291	-	2.291	2.280	-	2.280	11	0,48
Materiais gerais	3.274	3.251	6.525	2.647	2.897	5.544	981	17,69
Serviços terceirizados	5.645	4.419	10.064	7.146	5.015	12.161	(2.097)	(17,24)
Depreciações	2.051	6.232	8.283	1.836	6.067	7.903	380	4,81
Aluguéis de veículos e máquinas	261	207	468	238	200	438	30	6,85
Energia elétrica	4.406	1.716	6.122	4.097	1.391	5.488	634	11,55
Outras utilidades	111	77	188	108	87	195	(7)	(3,59)
Impostos, taxas e contribuições	372	346	718	515	200	715	3	0,42
Outros custos	1.423	1.123	2.546	1.166	973	2.139	407	19,03
Despesas ativadas	(1.033)	(829)	(1.862)	(1.114)	(865)	(1.979)	117	5,91
	43.387	33.103	76.490	38.351	29.908	68.259	8.231	12,06

2.1) “Salários e encargos”: +R\$ 7.772, em decorrência dos seguintes fatos: **a)** pelo reajuste salarial de 5,39%, conforme acordo coletivo da categoria, data base 01 em maio de 2012, **b)** aumento do quadro de funcionários, para atendimento das demandas dos sistemas operativos de água e esgoto e **c)** crescimento dos gastos com o novo contrato de assistência médica;

2.2) “Materiais gerais”: +R\$ 981, pelos seguintes motivos: **a)** crescimento do número de troca de hidrômetros; **b)** aumento das manutenções hidráulicas com destaque às manutenções dos equipamentos das Estações de Tratamento de Água (ETA) III e IV e **c)** crescimento das manutenções de veículos e máquinas pesadas;

2.3) “Energia Elétrica”: +R\$ 634, pelo seguintes acontecimentos: **a)** reajuste tarifário de 2,61% conforme resolução 1.271/ANEEL de 03 de abril de 2012 e **b)** início da operação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari II, a partir de abril de 2012;

2.4) “Outros custos”: +R\$ 407, pelo aumento da frota de caminhões alugado, sendo: a) 4 caminhões basculantes e 7 caminhões esgota fossa auto vácuo;

2.5) “Depreciação”: +R\$ 380, pelo início do cálculo da depreciação de obras encerradas no 2º trimestre de 2012, com destaque para a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari II, responsável pelo aumento deste custo em R\$ 354;

Em contraposição foram registradas as seguintes quedas:

2.6) “Serviços terceirizados”: -R\$ 2.097, em razão dos seguintes fatores: **a)** R\$ 1.064, pela menor ocorrência de manutenções de vias e passeios e **b)** R\$ 995 queda dos serviços de manutenção de edifícios e instalações em relação ao mesmo período do ano anterior quando foram substituídos os ramais domiciliares de água no Jardim Proença;

Comentário do Desempenho

- 3) As despesas operacionais registraram uma evolução de 31,4% ou R\$ 9.203 (*vide quadro abaixo*). Seguem abaixo os acontecimentos que justificaram esse desempenho:

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2º Trimestre de 2012			2º Trimestre de 2011			Variação dos sistemas	Variação percentual dos sistemas
	Despesas operacionais			Despesas operacionais				
	Comercial	Administrativo	Total	Comercial	Administrativo	Total	2012 - 2011	2012 – 2011
Salários e encargos	9.379	16.258	25.637	4.936	11.105	16.041	9.596	59,82
Remuneração dos administradores	85	532	617	66	421	487	130	26,69
Materiais gerais	317	302	619	284	228	512	107	20,9
Serviços terceirizados	2.305	1.026	3.331	1.598	4.624	6.222	(2.891)	(46,46)
Depreciações	42	491	533	33	470	503	30	5,96
Provisão para devedores duvidosos	521	-	521	274	-	274	247	90,15
Perdas no recebimento de créditos	1.494	-	1.494	1.494	-	1.494	-	-
Multas e encargos sociais / fiscais	-	3	3	-	190	190	(187)	(98,42)
Aluguéis de veículos	136	57	193	94	80	174	19	10,92
Impostos, taxas e contribuições	59	300	359	7	299	306	53	17,32
Despesas bancárias	-	683	683	-	617	617	66	10,7
Outras contingências	-	398	398	-	-	-	398	-
Processos julgados	-	2.115	2.115	-	80	80	2.035	2.543,75
Aluguéis de equipamentos de informática e copiadoras	2	489	491	-	785	785	(294)	(37,45)
Confraternizações e eventos	-	2	2	-	19	19	(17)	(89,47)
Telefone	158	29	187	149	69	218	(31)	(14,22)
Despesas gerais	349	996	1.345	57	1.346	1.403	(58)	(4,13)
	14.847	23.681	38.528	8.992	20.333	29.325	9.203	31,38

3.1) “Salários e encargos”: +R\$ 9.596, em decorrência dos seguintes fatos: **a)** pelo reajuste salarial de 5,39%, conforme acordo coletivo da categoria, data base 01 em maio de 2012, **b)** aumento do quadro de funcionários, para atendimento das demandas dos sistemas operativos de água e esgoto e **c)** crescimento dos gastos com o novo contrato de assistência médica;

3.2) “Processos julgados”: +2.035, pelas decisões judiciais sobre processos cíveis já concluídas: **a)** +R\$ 744, processo nº 114.01.2009.013533-1 do Banco Europeu, relativo à cobrança judicial de multa do contrato de empréstimo; **b)** R\$ 668, pelo acordo de extinção do processo trabalhista nº 65100-30.2007.5.15.0095, relativo às exigências do edital de concurso público de 1997; e **c)** +R\$ 563, processo nº 114.01.1989.000167-8 de Antoinette Trindade Figueiredo, referente a danos a imóvel provocado por rompimento de rede de água;

3.3) “Outras Contingências”: +R\$ 398, pelo reconhecimento contábil de 16 processos trabalhistas, cuja expectativa de perda passou de possível para provável;

Em contraposição foram apontadas as seguintes movimentações de aumento das despesas:

3.4) “Serviço de Terceiros”: -R\$ 2.891 devido aos seguintes decréscimos: **a)** -R\$ 1.331, tendo em vista que os serviços de leitura e entrega de contas passaram a ser efetuado por funcionários próprios; **b)** -R\$ 385, pela menor utilização dos serviços de propaganda e publicidade relacionadas a anúncios institucionais e de utilidade pública; **c)** -R\$ 336, pela menor incidência dos serviços de Conservação Limpeza e Jardinagem; d) R\$ -131 pelo fim do contrato de serviço de atendimento ao cidadão de responsabilidade da Informática de Municípios Associados S.A., ocorrido em 2011;

4. O grupo de “outras receitas (despesas) operacionais”, teve um acréscimo de 76,3% ou R\$ 1.116 em valores nominais (*vide quadro abaixo*), motivado por uma regularização, ocorrida em abril de 2011, da receita com termos de autorização de uso de áreas da SANASA por operadora de telefonia, para a conta do passivo circulante “Receitas Antecipadas”, no montante de R\$

Comentário do Desempenho

354. Também influenciou o avanço apontado na receita “Subvenção governamental” em virtude do início das operações da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari II.

Descrição	2º Trimestre 2012	2º Trimestre 2011	Variação nominal	Variação percentual
Outras receitas				
Recuperação de perdas de credores duvidosos	693	666	27	4,05
Subvenções Governamentais	527	172	355	206,40
Termos de autorização de uso	254	(194)	448	-
Sem par conta corrente	397	273	124	45,42
Multas contratuais	157	255	(98)	(38,43)
Outros	619	303	316	104,29
Totais outras receitas	2.647	1.475	1.172	79,46
Outras despesas				
Resultado na baixa de imobilizado	(69)	(13)	(56)	430,77
Totais das outras despesas	(69)	(13)	(56)	430,77
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	2.578	1.462	1.116	76,33

5. O resultado financeiro teve uma queda de 19,2% ou R\$ 1.563 em valores nominais, seguem abaixo os principais fatores que determinaram este desempenho:

Descrição	2º Trimestre 2012	2º Trimestre 2011	Variação nominal	Variação percentual
Receitas financeiras				
Juros ativos	104	148	(44)	(29,73)
Juros de mora sobre arrecadações	1.074	1.088	(14)	(1,29)
Variações monetárias de arrecadações	419	601	(182)	(30,28)
Rendimentos de aplicações financeiras	793	932	(139)	(14,91)
Descontos obtidos	-	26	(26)	(100,00)
Outras	36	26	10	38,46
Totais das receitas financeiras	2.426	2.821	(395)	(14,00)
Despesas financeiras				
Juros passivos	(6.931)	(8.717)	(1.786)	(20,49)
Variações monetárias passivas	(759)	(1.319)	(560)	(42,46)
Juros – encargos sociais e fiscais	(98)	(313)	(215)	(68,69)
Descontos concedidos	(419)	(425)	(6)	(1,41)
Despesas de financiamento	(1.430)	(959)	471	49,11
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	(61)	(52)	9	17,31
Ajuste a valor presente	690	819	129	15,75
Totais das despesas financeiras	(9.008)	(10.966)	1.958	(17,86)
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(6.582)	(8.145)	1.563	(19,19)

5.1) “Juros Passivos”: -R\$ 1.786, motivado principalmente por dois fatores: **a)** Os indicadores utilizados como base de cálculo dos juros dos empréstimos e financiamentos tiveram variações inferiores ao do mesmo período do ano anterior (Em comparação ao 2º trimestre de 2011 os indicadores apresentaram as seguintes quedas: **a.1)** Unidade de Referencial de Preços (URP), -77,4%; **a.2)** Certificado de Depósito Interbancário (CDI), - 34,9%; **a.3)** Bônus do Tesouro Nacional, -76,9% e **a.4)** Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) -71,91%) e **b)** Amortização integral de contratos de empréstimos de capital de giro, junto ao Banco Paulista, nos meses de Fevereiro e Abril de 2012;

5.2) ; “Variações monetárias passivas”: -R\$ 560, pelo reflexo das amortizações de contratos de empréstimos junto ao Banco Paulista ocorridas nos meses de fevereiro e abril de 2012;

Em contraposição foi apontada a seguinte movimentação com efeitos de queda no resultado:

5.3) “Despesas financeiras”: +R\$ 471, em razão do reconhecimento integral de encargos financeiros antecipados relativos às amortizações dos contratos de empréstimos de capital de giro, junto ao banco Paulista;

Comentário do Desempenho

Os números abaixo evidenciam a situação econômico-financeira da Sociedade no 2º trimestre de 2012:

Indicadores econômicos financeiros ^(*)			Variação
	30/06/2012	31/12/2011	
Capital de terceiros sobre o patrimônio líquido.....	142,7	152,9	-6,7%
Liquidez geral	0,35	0,37	-5,4%
Liquidez corrente	1,09	1,31	-16,8%
Liquidez seca	0,99	1,21	-18,2%
Liquidez imediata	0,24	0,24	-
Participação de instituições de crédito no endividamento total.....	37,2	40,8	-8,8%

Indicadores econômicos financeiros ^(*)			Variação
	30/06/2012	30/06/2011	
Rentabilidade das vendas.....	1,2%	12,8%	-90,6
Custos e Despesas Operacionais / Receitas Líquidas	93,0%	79,7%	16,7
Margem EBTIDA / LAJIDA ^(**)	14,3%	26,7%	-46,4

(*) Os indicadores econômicos financeiros não foram revisados pelos auditores independentes

(**) LAJIDA : Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações.

Estes indicadores possibilitam a análise dos resultados econômico-financeiros alcançados pela Administração da Companhia, a seguir comentados:

- O recuo de 6,7% no indicador “Capital de terceiros sobre o patrimônio líquido” se justifica pela queda do capital de terceiros, na ordem de 4,7%, em virtude das amortizações de empréstimos de capital de giro. Já patrimônio líquido teve um crescimento de 2,2%, motivado pelo lucro acumulado de R\$ 14,371.
- Com exceção da liquidez seca que apresentou resultado igual ao do período anterior, todos os outros índices (geral, corrente, seca e imediata) registraram queda, visto que o ativo circulante em conjunto com o ativo não circulante apresentou uma involução de 9,5%. Enquanto que os passivos circulante e não circulante tiveram juntos uma queda de 4,7%;
- O indicador “Participação de instituições de crédito no endividamento total” apontou um decréscimo de 8,8%, em decorrência da redução de 10,6% do endividamento com instituições financeiras no 2º trimestre de 2012 em relação a dezembro de 2011, justificada pelas amortizações integral de contratos de empréstimos de capital de giro junto ao banco Paulistas nos meses de fevereiro e abril de 2012.
- O índice de rentabilidade das vendas apontou no 2º trimestre de 2012, uma involução de 90,6%, isso porque o lucro do período foi 90,6% inferior ao apurado no mesmo período do ano anterior. Já a receita líquida teve um discreto avanço de 0,3%.
- O indicador “Custos e Despesas Operacionais / Receitas Líquidas”, por sua vez, cresceu 16,7%, determinado pela elevação dos custos e despesas operacionais assinalaram de 17%.
- A margem EBITDA teve um decréscimo de 46,4%, determinado pela variação superior dos custos e despesas operacionais, 17%, frente à evolução das receitas líquida de 0,3%.

Notas Explicativas

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A - SANASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido perante a CVM, sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973 que foi regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes as suas atividades fins em ações integradas com o Município, com o Estado e com a União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 - Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das Informações Trimestrais foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 27 de julho de 2012.

2.2 – Base de mensuração

As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota 5, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado

2.3 – Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Informações Trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Informações Intermediárias de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas as seguintes notas explicativas:

- Nota nº 19 – Provisão
- Nota nº 18 – Benefícios a empregados
- Nota nº 14 – Empréstimos e financiamentos
- Nota nº 12 – Vida útil do ativo fixo

Notas Explicativas

03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações intermediárias.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do

Notas Explicativas

método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo "Valor justo através do Resultado" que abrangem Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo foi divulgado na nota explicativa 27.

c) Gerenciamento de Risco Financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

Notas Explicativas

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

- Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de softwares.

- Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

g) Ativos arrendados

Um contrato de arrendamento mercantil transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esse contrato é caracterizado como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos serão depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego: a) plano de previdência privada

Notas Explicativas

complementar de contribuição definida; b) Indenização por aposentadoria e c) assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes.

h1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h2) Indenização por aposentadoria

A Companhia concede a seus funcionários que se aposentem por tempo de serviço, por idade ou por invalidez, uma indenização equivalente a 06 salários nominais mais a função gratificada e vigente à época do desligamento, mais o valor equivalente à multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisório paga em uma única vez.

h3) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 30 (trinta) meses, limitada a 30 consultas no período, intercambiáveis entre si.

i) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

i1) Ativo financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável, em 30 de junho de 2012.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita dos serviços prestados é composta pelas seguintes

Notas Explicativas

atividades fins:

- k1) Receita com Sistemas de Água: Captação, tratamento, reserva e distribuição de água;
- k2) Receita com Sistema de Esgoto: Afastamento e tratamento de esgoto;
- k3) Prestação de serviços: Ampliação dos sistemas de água e esgoto.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 646/10. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica no passivo.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras e outras receitas e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros líquidas do desconto a valor presente das provisões, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia, a partir do dia 11 de fevereiro de 2009, ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 19 (e).

A despesa com contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. A contribuição social corrente e diferida é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na

Notas Explicativas

medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsidio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda condição de pagamento prefixada, nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	585	3.710
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>585</u>	<u>3.710</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>585</u>	<u>3.710</u>

Os valores de caixa e de depósitos bancários de curto prazo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos financeiros referem-se a depósitos bancários.

05 – OUTROS INVESTIMENTOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Investimentos circulantes		
Aplicações financeiras	27.581	21.809
Total com aplicações financeiras	<u>27.581</u>	<u>21.809</u>
Investimentos não circulantes		
Aplicações financeiras	6.560	6.271
Total com aplicações financeiras	<u>6.560</u>	<u>6.271</u>
Saldo de Aplicações Financeiras	<u>34.141</u>	<u>28.080</u>

Notas Explicativas

Esses ativos financeiros referem-se a fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos.

Essas aplicações financeiras em CDB's são remuneradas por taxas variáveis de 100,34% a 103% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha. Os fundos CDI's representam aplicações bloqueadas obtidas junto à Agência Nacional de Águas (ANA), cujas liberações estão atreladas à operação das Estações de Tratamento de Esgoto em atender metas de produtividade e de qualidade. Esses investimentos financeiros também têm sua remuneração atrelada ao CDI, com taxa média de 98,47% do CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

06 – CONTAS A RECEBER E FORNECIMENTOS A FATURAR

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante:		
Água e esgoto – consumidores	72.467	68.310
Água e esgoto – partes relacionadas	3.261	11.674
Fornecimentos a faturar	-	11.940
Contratos de prestação de serviços – consumidores	6.483	8.301
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	11.089	11.201
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	3.917	4.128
Contratos de parcelamento de débitos – partes relacionadas	1	1
	97.218	115.555
Menos:		
Provisão para perdas (Lei 9.430/96)	(14.271)	(13.547)
Provisão para devedores duvidosos	(4.096)	(5.988)
Ajustes a valor presente	(2.545)	(2.884)
	(20.912)	(22.419)
Saldo líquido de contas a receber circulante	76.306	93.136
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Não circulante:		
Contratos de prestação de serviços – consumidores	8.346	7.493
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	25.854	31.416
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	1.129	1.056
Contratos de parcelamento de débitos – partes relacionadas	2	3
	35.331	39.968
Menos:		
Ajustes a valor presente	(3.187)	(4.199)
Saldo líquido de contas a receber não circulante	32.144	35.769
Total	108.450	128.905

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Créditos a vencer	101.353	117.664
Créditos em atraso de 1 mês	10.661	13.611
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses	2.084	4.714
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses	2.233	3.779
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses	3.082	4.621
Créditos em atraso acima de 12 meses	13.136	11.134
Total	132.549	155.523
(-) Provisões	(18.367)	(19.535)
(-) Ajuste a valor presente	(5.732)	(7.083)
Total	108.450	128.905

Notas Explicativas

A provisão para devedores duvidosos totalizou em 30 de junho de 2012, R\$ 4.096 (R\$ 6.027 em 31 de dezembro de 2011), com base no histórico de perdas, no montante de R\$ 18.367 (R\$ 19.535 em 31 de dezembro de 2011), excluindo os créditos contabilizados em provisão para perdas, no valor de R\$ 14.271 (R\$ 13.508 em 31 de dezembro de 2011).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

07- ESTOQUES

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Materiais químicos	613	720
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	8.006	7.221
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	1.396	1.198
Materiais de expediente e consumo	442	416
Outros	492	440
	<u>10.949</u>	<u>9.995</u>

08 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
COFINS a compensar (a)	3.196	3.084
PASEP a compensar (a)	739	713
INSS a compensar – Cooperativas Médicas (b)	1.820	1.775
COFINS diferida – órgãos públicos (artigo 7º Lei 9.718/98)	829	829
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	1.211	1.165
PASEP diferido – órgãos públicos (artigo 7º Lei 9.718/98)	180	180
IRRF sobre aplicações financeiras e outros	16	15
Impostos e contribuições retidos – órgãos públicos	12	10
	<u>8.003</u>	<u>7.771</u>

- a. Em razão da imunidade tributária obtida a partir de 11 de fevereiro de 2009, conforme comentado na nota explicativa nº 19(e), a Companhia mudou o critério de cálculo da COFINS e do PASEP de não cumulativo para cumulativo, a partir de maio de 2010, o que gerou valores a recuperar de COFINS, no montante de R\$ 12.610 e de PASEP no montante de R\$ 2.744, relativo aos exercícios de 2009 (período de fevereiro a dezembro) e 2010 (período de janeiro a março), que posteriormente será realizado mediante compensação com outros tributos federais.
- b. Em julho de 2007, foi registrado o crédito relativo ao INSS a compensar, em função do recolhimento a maior sobre as faturas da UNIMED, no período de julho de 2003 a julho de 2007, no montante de R\$ 1.454, a ser recuperado através de compensações das contribuições que serão realizadas em 2012.
- c. Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos dos exercícios de 2007 e 2008 referentes às retenções na fonte e pagamentos a maior.

09 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

		<u>30/06/2012</u>		<u>31/12/11</u>
	<u>Base de Cálculo</u>	<u>Contribuição Social</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Provisão para devedores duvidosos	4.096	369	369	543
Benefícios a empregados	70.828	6.374	6.374	6.233
Ajustes (RTT)	(6.002)	(540)	(540)	(198)
Contingências cíveis	443	40	40	40
Contingências fiscais	971	87	87	87
Contingências trabalhistas	3.201	288	288	461
Total das Provisões		<u>6.618</u>	<u>6.618</u>	<u>7.166</u>

Notas Explicativas**10 – BANCOS – CONTAS VINCULADAS**

		Data	Obra	Previsão de Resgate	30/06/2012	31/12/2011
PRODES-034/2002	1	13/12/2002	ETE Sousas	Julho/2012 a Dezembro/2015	2.690	2.573
20/308.067-8	2	12/04/2004	ETE Piçarrão	Março/2014	1.924	1.839
150.167-62	2	07/01/2003	ETE Anhumas	Janeiro/2016	832	795
157.950-07	2	12/04/2004	Sistema Anhumas	Abril/2022	220	211
20/308.072-8	2	12/04/2004	Sistema Boa Vista	Julho/2014	205	196
20/308.071-0	2	12/04/2004	Sistema Br.Geraldo	Julho/2014	305	292
20/308.070-2	2	12/04/2004	ETE Sousas	Julho/2021	38	36
20/308.074-4	2	12/04/2004	Sistema Sousas	Junho/2014	214	204
20/308.073-6	2	12/04/2004	Sistema Piçarrão	Junho/2022	25	23
20/299.470-5	2	12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Julho/2014	107	102
Saldo total					6.560	6.271
Circulante					-	-
Não circulante					6.560	6.271

Os valores classificados no curto prazo são parte integrante da conta "Aplicações Financeiras" (nota explicativa nº 05)

- **Caixa Econômica Federal – FIF Despoluição Bacias Hidrográficas:** Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA):
 - **Contrato PRODES 034/2002 – ETE Sousas:** Em julho de 2009, a ANA vistoriou a situação da ETE Sousas, verificando estarem suas obras civis em andamento, às quais deverão estar concluídas em 2012.
- **Caixa Econômica Federal – FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva:** Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio, durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/06/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais – processos cíveis	7.233	8.410
Depósitos recursais – FGTS	3.295	3.111
Autos de penhoras trabalhistas	1.504	1.466
Outros	374	374
	12.406	13.361

Notas Explicativas

12 – ATIVO IMOBILIZADO

	Terrenos e edifícios	Sistemas de Água e esgoto	Veículos, máquinas e equipamentos	Instalações, móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis terceiros	Bens em Construção	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	113.232	515.421	69.616	200.424	7.890	16.928	214.165	1.137.676
Adições	120	785	2.207	928	1.311	5	12.572	17.928
Alienações	-	-	(172)	(23)	(82)	-	-	(277)
Transferências	17.690	62.937	10.148	27.201	-	-	(117.976)	-
Saldo em 30 de Junho de 2012	131.042	579.143	81.799	228.530	9.119	16.933	108.761	1.155.327
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(29.123)	(208.031)	(41.236)	(147.008)	(6.162)	(2.726)	-	(434.286)
Depreciação no exercício	(1.250)	(7.145)	(2.863)	(4.936)	(315)	(340)	-	(16.849)
Alienação	-	-	110	18	80	-	-	208
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2012	(30.373)	(215.176)	(43.989)	(151.926)	(6.397)	(3.066)	-	(450.927)
Valor Contábil								
Em 31 de Dezembro de 2011	84.109	307.390	28.380	53.416	1.728	14.202	214.165	703.390
Em 30 de Junho de 2012	100.669	363.967	37.810	76.604	2.722	13.867	108.761	704.400

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Tempo de vida útil estimada

A partir de 01 de janeiro de 2010

Sistema Operativo de Esgoto	25 anos
Sistema Operativo de Água	50 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, Relacionado ao Sistema de Esgoto	25 anos
Edificações – Esgoto	25 anos
Edificações – Demais	50 anos
Instalações, Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas Operatrizes	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- a) As vidas úteis dos edifícios e dos sistemas de água foram revisadas conforme o pronunciamento técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, passando de 25 anos para 50 anos em média, com exceção das edificações pertencentes aos sistemas de esgoto que permaneceram com tempo de vida útil de 25 anos.

- b) Bens em Construção: o total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no segundo trimestre de 2012 foi

Notas Explicativas

de R\$ 10.376 (R\$ 23.485 no segundo trimestre de 2011). Desse montante, destacam-se os seguintes investimentos: **a)** Aquisição de máquinas e equipamentos para uso nos sistemas operativos de água e esgoto; **b)** Construção do sistema de esgotamento sanitário da Região do Parque Santa Barbara; **c)** Implantação de sistema de monitoramento de vazão e substituição de redes de água no Jardim Chapadão; **d)** Substituição de redes de água, no Jardim Leonor; **e)** Construção do almoxarifado central na Cidade Jardim; e **e)** Substituição de redes de água pelo método não destrutivo na Vila Georgina.

Entre as obras que iniciaram suas operações no segundo trimestre de 2012, destacaram-se: as Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari II, no montante investido de R\$ 98.652, e do Bosque das Palmeiras, no total de R\$ 4.818 e o Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Santa Cândida, na soma de R\$ 3.914.

- c) Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1º de novembro de 2008.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva.

Através das análises efetuadas, concluiu-se não existir, indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

- d) Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto ao banco Caixa Econômica Federal com juros de 6,5% e 12% ao ano, para obras dos sistemas de água e esgoto.

Composição da capitalização dos juros por obras:

Banco / Obras	30/06/2012	30/06/2011
Caixa Econômica Federal – ETE		
Sousas	138	104
Itaú BBA – Sistema Boa Vista	41	55
Unibanco – Sistema Joaquim Egídio	101	64
	280	223

13 – ATIVOS INTANGÍVEIS

	Direito de uso de Software	Permissão de uso de Solo	TOTAL
Custo			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	5.477	2.788	8.265
Aquisições	589	216	805
Saldo em 31 de Junho de 2012	6.066	3.004	9.070
Amortização e perdas no valor recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(4.079)	(307)	(4.386)
Amortização	(331)	(52)	(383)
Saldo em 31 de Junho de 2012	(4.410)	(359)	(4.769)
Valor Contábil			
Em 31 de Dezembro de 2011	1.398	2.481	3.879
Em 31 de Junho de 2012	1.656	2.645	4.301

Notas Explicativas**14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	32.233	33.404
Passivos de arrendamento financeiro	<u>1.244</u>	<u>1.179</u>
Total no passivo circulante	33.477	34.583
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	163.359	191.695
Passivos de arrendamento financeiro	<u>57.055</u>	<u>57.693</u>
Total no passivo não circulante	220.414	249.388
Total Empréstimos e financiamentos	<u>253.891</u>	<u>283.971</u>

Termos e Cronogramas de Amortização da Dívida

Financiamentos	Vencimento Final	Moeda	Encargos	<u>30/06/2012</u> Valor Contábil	<u>31/12/2011</u> Valor Contábil
Banco do Brasil	2014	R\$	Variação da BTN-TR mais juros de 11,5% a.a.	9.980	12.450
Unibanco	2014	R\$	Variação da UPR mais juros de 8,00% a. a.	10.679	13.198
Caixa Econômica Federal	2019	R\$	Variação da UPF e da UPR mais juros de 6,5% a 12,0% a.a.	48.685	52.240
Itaú – BBA	2014		Variação da UPR mais juros de 8,00% a. a.	<u>919</u>	<u>1.114</u>
Total Financiamentos				<u>70.263</u>	<u>79.002</u>
Finames	Vencimento Final		Encargos	<u>30/06/2012</u> Valor Contábil	<u>31/12/2011</u> Valor Contábil
Banco Fibra	2014	R\$	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 4,80% a 7% a.a.	2.339	2.908
Banco Sofisa	2015	R\$	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 4,80% a 10,40 a.a.	<u>1.088</u>	<u>1.429</u>
Total Finames				<u>3.427</u>	<u>4.337</u>
Empréstimos	Vencimento Final		Encargos	<u>30/06/2012</u> Valor Contábil	<u>31/12/2011</u> Valor Contábil
Banco Paulista	2018	R\$	Variação de 108% do CDI sobre saldo devedor ou variação do INPC mais juros de 9% a.a.	31.081	53.502
Credit Suisse	2018	R\$	Variação de 100% do CDI mais 4% a.a.	<u>100.618</u>	<u>100.794</u>
Total de Empréstimos				<u>131.699</u>	<u>154.296</u>
Encargos antecipados				<u>(9.797)</u>	<u>(12.536)</u>
Total de Empréstimos				<u>121.902</u>	<u>141.760</u>
Total de empréstimos e financiamentos				<u>195.592</u>	<u>225.099</u>

Notas Explicativas

Arrendamentos Financeiros	Vencimento Final	Encargos	30/06/2012	31/12/2011
			Valor Contábil	Valor Contábil
Foz de Capivari S/A	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR , conforme contrato, mais juros de 0,95% a.m.	58.018	58.546
Banco Safra	2016	Juros de 4,5% a.a.	281	326
Total de arrendamento financeiro			58.299	58.872

	30/06/2012	31/12/2011
	Valor Contábil	Valor Contábil
Saldo com empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros.		
Circulante	33.477	34.583
Não Circulante	220.414	249.388

Descrição	30/06/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	34.583	249.388	34.514	276.685
Desembolsos	-	1.344	1.531	1.704
Juros	15.517	-	36.070	-
Atualizações monetárias	2.259	148	5.285	771
Transferências	31.595	(31.595)	32.085	(32.085)
Transferência encargo financeiro	(2.071)	2.071	(2.313)	2.313
Realização encargo financeiro antecipados	2.738	-	2.482	-
Amortizações	(51.144)	(942)	(75.071)	-
Saldo no final do exercício	33.477	220.414	34.583	249.388

Em 30 de junho de 2012, os empréstimos e financiamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2012	2013	2014	2015	2016	Acima de 5 anos	TOTAL
Financiamentos	10.379	21.423	14.018	8.364	2.893	13.186	70.263
Empréstimos	2.688	5.375	27.193	27.193	27.193	32.260	121.902
Finame	864	1.491	790	170	112	-	3.427
Total	13.931	28.289	42.001	35.727	30.198	45.446	195.592

Os pagamentos futuros mínimos relativos aos arrendamentos estão segregados da seguinte forma:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	1.244	8.504	9.748	1.185	8.571	9.756
De um a cinco anos	8.357	40.048	48.405	7.948	40.510	48.458
Acima de cinco anos	48.698	59.780	108.478	49.739	63.561	113.300
Total	58.299	108.332	166.631	58.872	112.642	171.514

Notas Explicativas

Financiamentos:

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto. Alguns desses contratos de financiamentos foram captados juntos aos bancos Itaú BBA S.A. e Unibanco, que possuem os seguintes *covenants* financeiros:

- a) Manter proporção EBITDA sobre o faturamento líquido em no mínimo 25%;
- b) Manter uma relação entre o EBITDA e o serviço da dívida de no mínimo 1,5;
- c) Manter uma relação entre o valor do Exigível Total, incluindo-se obrigações decorrentes de operações de arrendamento mercantil financeiro e o patrimônio líquido de no máximo 70/30;
- d) Manter o faturamento anual de no mínimo R\$ 180.000 (Cento e oitenta milhões de reais) em 2004 e anos seguintes.

Estas operações estão garantidas por notas promissórias, cauções de duplicatas, ativos imobilizados (que compõem os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Campinas), arrecadação tarifária, avais ou quotas do Fundo de Participação dos Municípios da Prefeitura Municipal de Campinas.

Financiamentos FINAME:

As liberações de FINAME foram destinadas às aquisições de máquinas, equipamentos e hidrômetros. Foram firmados treze contratos de FINAME junto ao Banco Sofisa para a aquisição dos seguintes objetos: 5.000 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 0,75$ m³/h no valor total de R\$ 188,5; 500 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 1,5$ m³/h no valor total de R\$ 17,4; 1.000 hidrômetros unijato/multijato $\frac{3}{4} \times 2,5$ m³/h no valor total de R\$ 43,9 ; 5.000 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 0,75$ m³/h no valor total de R\$ 179 ; 5.000 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 0,75$ m³/h, no valor total de R\$ 188,5 ; 500 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 1,5$ m³/h no valor total de R\$ 17,4 ; 2.000 hidrômetros unijato/multijato $\frac{3}{4} \times 2,5$ m³/h, no valor total de R\$ 87,8 ; 500 hidrômetros unijato/multijato $1 \times 3,5$ m³/h, no valor total de R\$ 83,8 ; 25 hidrômetros unijato/multijato $1,1/2 \times 10$ m³/h, no valor total de R\$ 7,5 ; 10 carrocerias basculante metálica capacidade 6 m³ no valor total de R\$ 175 ; 1 equipamento auto vácuo tipo Esgota Fossa, no valor total de R\$ 151,8 ; 1 equipamento auto tanque para transporte de água potável, no valor total de R\$ 50 e 5.000 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 0,75$ m³/h, no valor total de R\$ 138,5.

Empréstimos:

No dia 21 de julho de 2010, a Companhia firmou 24 (vinte e quatro) contratos de empréstimos com o Banco Credit Suisse Brasil S.A., através da emissão de Células de Crédito Bancário (CCB's) no montante de R\$ 100.000 e vencimento até 2018, sendo que o desembolso destes empréstimos foram divididos em duas partes: **a)** a primeira no total de R\$ 70.000, foi desembolsada no dia 21 de julho de 2010 e **b)** a segunda parte, na soma de R\$ 30.000 ocorreu no dia 21 de dezembro de 2010. A Companhia aproveitou a liquidez existente no mercado para trocar algumas operações de CCB com a redução de taxas de remuneração dos empréstimos e alongamento do prazo da dívida, mantendo assim a estrutura de capital adequada às necessidades de investimentos.

Com os contratos de empréstimos junto ao Banco Credit Suisse Brasil S.A. a SANASA passou a estar sujeita aos seguintes *covenants*:

- a) A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser superior a:
 - Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (inclusive), 5,00x (cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (exclusive) até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (inclusive), 4,50x (quatro vírgula cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (exclusive) até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 4,00x (quatro); e
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 3,50x (três vírgula cinco).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser inferior a:
 - Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 1,50x (um vírgula cinco); e
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 2,00x (dois).
- c) A relação entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido da Emitente não poderá ser superior a 1,30x (um vírgula três); e

Notas Explicativas

- d) A relação entre Ativo Circulante e o Passivo Circulante da Emitente não poderá ser inferior a 0,90x (zero vírgula nove).

Os encargos financeiros correspondem: **a)** Aos serviços de coordenação e estruturação prestados pelo credor da operação ofertada, Banco Crédit Suisse Brasil S.A., no montante de R\$ 9.133; e **b)** Aos encargos financeiros antecipados sobre empréstimos de capital de giro obtidos junto ao Banco Paulista S.A.. Esses valores são transferidos proporcionalmente para o resultado, mensalmente, durante toda a vigência contratual.

Em 30 de junho de 2012 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos, exceto ao item (a) relativo aos contratos de financiamentos captados junto ao Itaú BBA S.A. e Unibanco S.A. Com o não cumprimento desta obrigação foi reclassificado para o passivo circulante a parcela do passivo não circulante no montante de R\$ 5.780.

Arrendamentos Mercantil Financeiros

No final de 2007 a SANASA firmou contrato de arrendamento mercantil com a Capivari Ambiental S.A. (atual Foz de Capivari S.A.) para arrendamento do ativo ETE Capivari I, que estabelece um prazo de locação de 20 anos. O valor registrado no ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2008, foi de R\$ 71.597 e as contrapartidas foram contabilizadas em passivo circulante (R\$ 8.700) e passivo não circulante (R\$ 62.897). Em 30 de junho de 2012 o valor contábil líquido da ETE Capivari I é de R\$ 58.173 (R\$ 60.282 em 31 de dezembro de 2011).

Com o início da operação da ETE Capivari I, a partir de outubro de 2009 a SANASA passou a pagar o valor mensal de R\$ 804 do arrendamento.

15 – TÍTULOS A PAGAR

Em 7 de março de 1991, mediante Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, a SANASA adquiriu um terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, doado à Entidade pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, destinado à construção de sua nova sede social.

Através do item 4 do Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, foi convencionado o preço certo de Cr\$ 500.000.000,00, sendo: 1) Cr\$ 480.000.000,00, em dinheiro; e 2) fornecimento de água tratada aos próprios da Irmandade/Hospital Irmãos Penteado pelo prazo de 30 anos, a contar da data da escritura.

Até 31 de dezembro de 2001, a Administração da SANASA contabilizava os valores pagos a título de aquisição desse imóvel como adiantamento para futura imobilização, incluindo além dos valores pagos em dinheiro (1991 a 1992), os fornecimentos de água / coleta de esgoto do Hospital Irmãos Penteado, referentes ao período de maio de 1989 a dezembro de 2001.

A partir de 1º de janeiro de 2002, adotou-se a seguinte mudança no tratamento contábil, tendo em vista a decisão transitada em julgado: o saldo atualizado desses valores, no montante de R\$ 5.119, correspondente ao período acima citado, foi transferido para a conta definitiva de Terrenos (Ativo Imobilizado), sendo considerado mais do que suficiente para servir como base de valor para esse imóvel.

Em seguida, foi registrado o passivo de R\$ 12.622, resultado da multiplicação de 230 meses restantes, até fevereiro de 2021, pelo consumo/mês fixado, conforme contrato em 4.000 m³ e pela tarifa média de dezembro de 2001 em R\$ 13,72. Tal contabilização foi fundamentada no reconhecimento de uma dívida assumida já que, até o posicionamento do STJ, não se tinha como certa a legalidade da aquisição do terreno. Esse valor refere-se ao custo financeiro da aquisição do terreno, como uma variação monetária atrelada à tarifa da água, no decorrer do período de 1991 a 2001.

Com a finalidade de abater o IRPJ e a CSLL incidentes sobre o Lucro Real gerado por suas atividades, foi reconhecido nos controles dos prejuízos na Parte B do livro LALUR e nos controles internos de Bases de Cálculo Negativas da CSLL, o valor de R\$ 11.593. Isso, baseado no fato de que seus efeitos não seriam diferentes, caso fossem contabilizados em seus respectivos períodos de competência, de acordo com o artigo 26 da Instrução Normativa SRF 51/95.

O saldo em 30 de junho de 2012 é de R\$ 12.230 (R\$ 12.721 em 31 de dezembro de 2011), cuja abertura entre circulante e não circulante segue abaixo:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo de Títulos a pagar	<u>12.230</u>	<u>12.721</u>
Circulante	1.411	1.388
Não Circulante	10.819	11.333

Notas Explicativas

16 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos do 2º trimestre de 2012, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações de fornecimento de serviços de água e esgoto da Companhia com a sua principal acionista e controladora, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como pagamento de dividendos.

Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a Prefeitura Municipal de Campinas estão detalhados abaixo:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Ativo Circulante	Ativo não circulante
Créditos SANASA (Incluído na nota explicativa nº06)				
- Fornecimento de água e esgoto	3.261	-	11.674	-
- Prestação de serviços	11.089	25.854	11.201	31.416
- Parcelamento de débito	1	2	1	3
	14.351	25.856	22.876	31.419

Fornecimento de água e esgoto: Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou, no 2º trimestre de 2012, junto a PMC e suas Secretarias, o montante de R\$ 4.945 (R\$4.496 no 2º trimestre de 2011). Com outros serviços prestados à PMC, a SANASA obteve um faturamento de R\$ 64 (R\$ 52 no 2º trimestre de 2011).

	30/06/2012			31/12/2011		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Patrimônio Líquido	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Patrimônio Líquido
Créditos PMC						
- Fundap	402	-	-	417	-	-
- ISSQN	143	-	-	235	-	-
- Dividendos antecipados			(6.600)			
	545	-	(6.600)	652	-	-

Em 29 de junho de 2012 foi pago o valor de R\$ 6,600, a título de antecipação dos dividendos a pagar relativos ao encerramento do exercício de 2012, em atendimento ao Ofício nº. 298/12 – GP, de 20 de junho de 2012, da Secretaria Municipal de Finanças - Prefeitura Municipal de Campinas.

No 2º trimestre de 2012, a Companhia pagou remuneração total aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal de R\$ 111 (R\$ 52 no 2º trimestre de 2011) e à Diretoria o montante de R\$ 364 (R\$ 334 no 2º trimestre de 2011), que referem-se a benefícios a empregados de curto prazo. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$ 116 (R\$ 58 no 2º trimestre de 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios pós-emprego de previdência privada e outros benefícios, tais como: assistência médica e seguro de vidas para seus Diretores, no total de R\$ 26 (R\$ 27 no 2º trimestre de 2011).

17 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	30/06/2012	31/12/2011
Obrigações Trabalhistas		
- Salários e ordenados	118	187
- Provisão para férias	18.341	14.558
- Provisão para 13º salário	6.885	-
	25.344	14.745
Obrigações Sociais		
- INSS	4.356	3.653
- FGTS	888	1.026
	5.244	4.679
	30.588	19.424

Notas Explicativas**18 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Participações no resultado	1.589	4.023
Previdência privada	567	477
Provisão de benefícios pós-emprego	<u>70.828</u>	<u>69.257</u>
	72.984	73.757
Circulante	6.494	8.177
Não Circulante	66.490	65.580

a) Entidade de previdência privada – Contribuição definida

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, de Contribuição Definida.

Com 1.008 adesões, o Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão.

De acordo com o regulamento do Plano, a Companhia oferece aos funcionários que aderiram até 19/04/2005, na condição de participantes fundadores, o pagamento de 50% do serviço passado, valor equivalente a 45% do salário nominal por fração anual de seu tempo de serviço na Companhia, desde a sua admissão. O montante dessa alocação financeira é de R\$ 17.121, financiado junto à PETROS, pelo prazo de 195 meses, com taxa de 6% a.a. mais a variação do INPC/IBGE, conforme Instrumento Particular de Compromisso e Assunção de Obrigações de Constituição Parcial das Reservas do Serviço Passado do Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA e Outras Avenças, assinado em 30 de novembro de 2005.

Em 30 de junho de 2012, a situação quanto aos pagamentos realizados das obrigações assumidas ficaram assim:

	Acumulado em:	
Custo do Serviço Passado	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
O valor do custo do serviço passado (com juros):	(31.491)	(31.134)
O valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço:	<u>16.208</u>	<u>17.109</u>
Passivo reconhecido	<u>(15.283)</u>	<u>(14.025)</u>
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Movimentação do custo do serviço passado		
Passivo líquido no início do exercício	(206)	(194)
Variação do passivo no exercício	(1.257)	(2.418)
Contribuições da patrocinadora pagas no período	<u>1.251</u>	<u>2.406</u>
Passivo líquido	<u>(212)</u>	<u>(206)</u>
Custos e despesas reconhecidas no resultado		
Serviço corrente (com juros)	1.864	3.380
Serviço passado amortizado	<u>1.257</u>	<u>2.418</u>
Total da despesa reconhecida no resultado	<u>3.121</u>	<u>5.798</u>
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo do Balanço		
Plano de previdência complementar	355	271
Plano de previdência serviço passado	<u>212</u>	<u>206</u>
	<u>567</u>	<u>477</u>

Notas Explicativas

A Companhia também viabilizou, em 2005, a criação do Plano de Aposentaria Incentivada (PAI), que ofereceu aos funcionários em condições de se aposentarem e que tinham feito adesão ao Plano de Previdência, a possibilidade de saírem com um complemento de pensão. Isso possibilitou a desoneração da folha de pagamento, permitindo cobrir integralmente as despesas com o Plano de Previdência Complementar. Em atendimento ao Acordo Coletivo da categoria, a Companhia prorrogou o PAI até 31 de agosto de 2007. Ao todo, 124 funcionários aderiram ao programa.

b) Outros benefícios pós-emprego

- Indenização por aposentadoria

A Companhia concede a seus funcionários que se aposentem por tempo de serviço, por idade ou por invalidez, uma indenização equivalente a 06 salários nominais mais a função gratificada e vigente à época do desligamento, mais o valor equivalente à multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, paga em uma única vez.

- Assistência médica

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 30 (trinta) meses, limitada a 30 consultas no período, intercambiáveis entre si.

A Companhia adota a norma do CPC 33 - Plano de Benefícios a Empregados e NPC 26 – Contabilização de Benefícios a Empregados. Para os benefícios de Indenização por aposentadoria e Assistência médica.

A Companhia contabiliza um passivo quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro e registra uma despesa na medida em que a Companhia se beneficia dos serviços por eles prestados. No 1º semestre de 2012, a Companhia pagou dos benefícios acima o montante de R\$ 379 (R\$ 176 no 1º semestre de 2011). As principais premissas utilizadas foram a utilização para fins de provisão de 100% dos funcionários elegíveis devido o histórico de rotatividade e mortalidade que compõe a base de 1.898 funcionários em 30 de junho de 2012 (1.583 em 30 de junho de 2011), bem como as taxas de desconto e de aumento salariais foram baseadas na inflação.

c) Participação no Resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas. O montante dessa participação no 2º trimestre de 2012 foi de R\$ 2.165 (R\$ 1.535 no 2º trimestre de 2011).

19 – PROVISÕES

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas	3.201	(1.421)	1.780	5.122	(778)	4.344
Fiscais	971	-	971	971	-	971
Cíveis	443	-	443	443	-	443
Total	4.615	(1.421)	3.194	6.536	(778)	5.758

Processos Trabalhistas: Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensas irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 3.201 é composto por: **a)** 64 processos de funcionários de empresa terceirizada, no montante de R\$ 2.591 e **b)** 20 processos de funcionários próprios na soma de R\$ 610. Não foram provisionados, por representarem chances possíveis de perdas, 407 reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 13.623.

Notas Explicativas

Acordo de Processo Trabalhista: No dia 06 de março de 2012 a Companhia firmou acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Campinas, Atibaia e Região (SINDAE), referente ao processo nº 0066100-71.2004.5.15.0092, de maio de 2004, no qual o Sindicato postulou reclamação trabalhista de adicional de periculosidade ou insalubridade aos empregados lotados no Setor de Operação de Água. Para por fim ao objeto da ação, a Companhia pagou ao SINDAE R\$ 2.073, em três parcelas iguais e sucessivas no importe de R\$ 691, entre os meses de março e maio de 2012. A Companhia também efetuou os recolhimentos do FGTS dos empregados desligados, no montante de R\$ 66.

Processos Fiscais: Em julho de 2007, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar com intuito de suspender a exigibilidade do crédito tributário das contribuições PASEP e COFINS sobre os clientes inadimplentes, permitindo assim que os valores de vendas que transformadas mensalmente em clientes incobráveis, em razão do inadimplemento, fossem excluídas da base de cálculo de tais contribuições. Em agosto de 2007, foi concedida liminar pleiteada, garantindo à Companhia a exclusão das receitas inadimplidas da base de cálculo do PASEP E COFINS. Em novembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) através do julgamento do Recurso Extraordinário (RE 586482), entendeu, por maioria dos votos que deve incidir PASEP e COFINS sobre as vendas inadimplidas. Assim, por orientação do escritório de advocacia Lima Junior Advogados e Consultores, responsáveis por esta ação, a Sociedade passou a não mais excluir da base de cálculo do PASEP e COFINS as receitas inadimplidas e provisionar o valor de R\$ 971, devido as chances de perda ter mudado de possível para provável. Parte do crédito foi lançado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, através do Auto de Infração 10.830.724.822/2011-21.

Processos Cíveis: Os casos mais frequentes são os de restabelecimento de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 30 processos no total de R\$ 443. Não foram contabilizadas provisões de 925 processos no montante de R\$ 55.650 por representarem chances possíveis de perdas.

A movimentação das provisões para contingências no exercício encerrado em 30 de junho de 2012 tem a seguinte composição:

Descrição	30/06/2012			31/12/2011		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo Inicial	443	5.122	971	443	2.528	-
Adição à provisão	-	683	-	-	2.616	971
Utilização	-	(2.604)	-	-	(22)	-
Saldo no Final	<u>443</u>	<u>3.201</u>	<u>971</u>	<u>443</u>	<u>5.122</u>	<u>971</u>

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possui chances de êxito, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

- a) **Fiscais e previdenciárias:** No dia 11 de dezembro de 2007 a SANASA tomou ciência de Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD) e Autos de Infrações (AI), nas quais apontaram créditos de encargos sociais de R\$ 4.254 e R\$ 1.349, respectivamente, totalizando R\$ 5.603, entre principal e multa, resultantes da auditoria fiscal da Previdência Social que ocorreu entre os períodos de 06 de março a 03 de dezembro de 2007, relativo aos exercícios de janeiro de 1997 a setembro de 2007.

No período de 24 de novembro de 2008 a 01 de julho de 2009 a auditoria fiscal da Previdência Social em questão gerou 04 (quatro) Autos de Infrações (AI) que registraram créditos de encargos sociais no montante de R\$ 7.647 entre principal, multa e juros.

A SANASA manejou, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes da Secretaria da Receita Federal do Brasil).

- b) **Ambientais:** Ação de Execução de Obrigação de Fazer, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Senhor Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Americana, objetivando compelir a SANASA a realizar obras dos sistemas de tratamento de esgotos em Campinas, representado pela provisão de multa diária de 0,001% ao dia sobre o valor da Ação de Execução, em R\$ 130.

Este processo deixou de ser provisionado em virtude de que a SANASA vem cumprindo o acordo celebrado nos autos da ação de execução de fazer.

- c) **Processos tributários de IRPJ e CSLL:**

Notas Explicativas

- No período de agosto de 2005 a fevereiro de 2006, a Delegacia da Receita Federal em Campinas enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre uma compensação a maior de prejuízo fiscal na DIPJ/2002, ano calendário 2001, devidamente atendidas sobre a contabilização em pauta, todas devidamente respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Isso, decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, onde se localiza a sede social da Companhia, conforme citado na nota explicativa nº 15 – Títulos a Pagar.

Em 17 de março de 2006, foi aberto mandado de procedimento fiscal estendendo a fiscalização para toda a tributação do período de 2001 a 2005, incluindo as contribuições COFINS e PASEP. A partir de março de 2006, mais 4 (quatro) intimações foram expedidas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), encerrando-se o processo em julho de 2006.

Finalmente, em 08 de agosto de 2006 a Administração foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 9.823 e R\$ 2.393, respectivamente, totalizando R\$ 12.216, entre principal, multa e juros. Tais autos de infração foram acompanhados do Relatório de Ação Fiscal, onde expõem as pretensas razões de tratamento contábil/fiscal irregular.

Em 06 de setembro de 2006, a Companhia apresentou à Delegacia de Julgamentos da Receita Federal de Campinas sua impugnação, sendo que em 18 de outubro de 2006, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento apresentou acórdão considerando procedentes as exigências fiscais relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em 22 de novembro de 2006, foi protocolado recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, ainda pendente de julgamento. Não foi efetuada provisão, tendo em vista que a assessoria jurídica responsável pela defesa entende haver possível chance de êxito quanto à reversão da posição. Soma-se a este entendimento o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais.

Em setembro de 2010, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre a compensação a maior do prejuízo fiscal na DIPJ/2007, ano calendário 2006 devidamente atendidas e respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Fiscalização também decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas. Em 22 de setembro de 2011 a Sociedade foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 370 e R\$ 399, respectivamente, totalizando R\$ 769, entre principal, multa e juros. Em 21 de outubro de 2011 a Companhia apresentou a Delegacia da Receita Federal de Julgamento sua impugnação a qual aguarda ser julgada.

- Processo Tributário de IRPJ e CSLL: Em conformidade com jurisprudência sedimentada no STJ, sobre os juros de mora recebidos a título de natureza indenizatória não sofrerem incidência de IRPJ e CSLL, a Companhia em 08 de julho de 2011 ingressou com medida judicial para ter tal benefício através do Processo 0008571-70.2011.403.6105, sendo o valor da causa o montante de R\$ 16.491.

No dia 13 de julho de 2011 foi deferido o pedido de liminar determinando a exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores recebidos a título de juros de mora proveniente dos acréscimos legais das faturas inadimplidas referente aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, mediante depósito integral e em dinheiro dos valores cobrados a esse título da impetrante.

Em 13 de setembro de 2011 foi denegada a segurança pleiteada após defesa apresentada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas. A Companhia em 19 de setembro de 2011 interpôs Embargos de Declaração, o qual aguarda ser julgado.

- d) **Processo cível sobre monopólio dos serviços de correios:** Em 21 de fevereiro de 2008, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ingressou com ação contra a SANASA e Lotus Serviços Técnicos Ltda. perante a 8ª Vara Federal de Campinas (processo nº 2008.61.05.001731-7), alegando violação de monopólio postal, em virtude da SANASA ter contratado a Lotus para prestar serviços de entrega de faturas de água/esgoto e avisos. A ECT pleiteia indenização de R\$ 20.989 a título de danos materiais (lucros cessantes). No dia 28 de abril de 2008, a Companhia fez a defesa contra essa pretensão. Como a questão do monopólio encontrava-se ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Jurídica entendia que a possibilidade de perda do processo era remota. Em 21 de maio de 2009 foi proferida sentença considerando a prescrição para parte dos valores pretendidos e ainda, no período admitido, acolheu somente parcela do faturamento tida como lucro efetivo. No dia 05 de agosto de 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio postal da ECT(esta decisão acerca do monopólio ainda poderá ser objeto de embargos declaratórios para esclarecimentos de obscuridade quanto à definição do conceito de alguns serviços, objeto da demanda), fato que reforça os fundamentos da sentença proferida nesta ação de indenização. Por esta razão, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica, a possibilidade de perda do processo alterou de remota para possível, porém com substancial

Notas Explicativas

redução do valor pretendido. Dessa forma, estima-se que o valor possível de perda é de R\$ 456, considerando que a margem líquida da ECT foi de 6,8% em 2010, conforme balanço publicado. Vale destacar ainda que, mantida a sentença, o valor da condenação deverá ser suportado tanto pela SANASA quanto pela Lotus.

- e) **Imunidade Tributária Federal:** Em virtude do recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PASEP, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 14 de novembro de 2008, ingressou com medida judicial para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 2008.61.05.011866-3. Por se tratar de uma contingência ativa, este processo somente será reconhecido nas demonstrações financeiras quando seu ganho for praticamente certo.

No dia 11 de fevereiro de 2009 foi deferida parcialmente a tutela antecipada nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2008.03.00.048892-3, em trâmite perante o egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região. Com isto a Companhia ficou desobrigada de apurar e recolher impostos federais a partir de fevereiro de 2009. Em 29 de janeiro de 2010 foi julgado parcialmente procedente o pedido da Companhia, reconhecendo-se a imunidade tributária e condenando a Receita Federal à restituição das quantias pagas indevidamente. Em 19 de abril de 2010 a União Interpôs Recursos de Apelação, ficando a matéria na pendência de decisão por parte do egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região, permanecendo válidos os efeitos da Tutela Antecipada anteriormente acolhidos.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, é de entendimento da administração da Companhia ser provável a chance de êxito neste processo, bem como não haver obrigação legal alusiva a impostos, pelo benefício constitucional concedido às empresas prestadoras de serviços públicos essenciais.

- f) **Imunidade Tributária Estadual:** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, em 26 de janeiro de 2010 a SANASA ingressou com medida judicial perante a Justiça Estadual que, nos Autos do Recurso de Agravo de Instrumento (Processo nº 990.10.066671-1), em trâmite perante o Egrégio Tribunal de Justiça, deferiu tutela antecipada desobrigando a Companhia o recolhimento do IPVA. Em 10 de maio de 2010 o órgão colegiado decidiu por julgar totalmente improcedente o referido Recurso. Em 10 de junho de 2010, a SANASA interpôs Recurso Extraordinário, o qual se encontra pendente de remessa para o Colendo Supremo Tribunal Federal.
- g) **Imunidade Tributária Municipal:** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, e considerando ainda que a SANASA teve reconhecido tal direito perante o E. Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, em 06 de abril de 2010, foi requerido perante a Prefeitura Municipal de Campinas (Protocolo nº 10/10/12211), o reconhecimento da referida imunidade, sendo tal pedido acolhido conforme publicação no Diário Oficial do Município em 15 de maio de 2010, ficando a SANASA imune a Impostos Municipais.

20 – RECEITA DIFERIDA

• Subvenções Governamentais

A Companhia obteve da União, no 2º trimestre de 2012, recursos no montante de R\$ 1.632 (R\$ 21.567 no 2º trimestre de 2011) oriundos do Orçamento Geral da União, destinados à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. As liberações desses recursos estão atreladas à aprovação das medições das obras pela Caixa Econômica Federal. O Governo do Estado (Secretaria do Meio Ambiente), também repassa recursos, sendo estes provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Entretanto no período atual não ocorreram repasses de recursos desta natureza (R\$ 906 no 2º trimestre de 2011). A liberação deste recurso está atrelada à aprovação do Cronograma físico-financeiro, planilha de orçamento e medições da obra pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO). Os encerramentos dessas obras e início de suas operações estão previstas no decorrer do exercício de 2012. Segue, abaixo, a descrição dos principais investimentos e as origens dos recursos.

- a) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Foi destinado a execução de ações relativas ao Programa de Intervenções em favelas (Saneamento Integrado), no Município de Campinas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Sistema de esgoto Viracopos	27.893	19.623	Setembro de 2012
Subtotal	27.893	19.623	

Com o término das obras do Sistema de esgoto Parque Oziel e início de sua operação, o montante investido de R\$

Notas Explicativas

9.467 passou a ser apropriado ao resultado a partir de dezembro de 2010 visto que já foi concluída e está em operação.

Obra	30/06/2012	31/12/2011
Sistema de esgoto Viracopos (obra em andamento)	19.623	19.525
Sistema de esgoto Parque Oziel	8.711	8.946
Circulante	470	470
Não Circulante	27.864	28.001

b) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Capivari II.

Destinou-se à execução da obra da Estação de Tratamento do Capivari II, na região do Campo Grande, encerrada e entregue em abril de 2012 e já em operação. O montante dos recursos destinados a esta obra estão sendo reconhecido no resultado na proporção da vida útil estimada dos seus bens imobilizados

Obra	30/06/2012	31/12/2011
ETE Capivari II	60.289	60.432
Circulante	3.753	-
Não Circulante	56.536	60.432

c) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Tem a finalidade de transferir recursos financeiros da União para execução de obras de apoio à melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários, na região do aeroporto de Viracopos, no município de Campinas. Estes recursos começaram a ser apropriados ao resultado a partir de outubro de 2011, tendo em vista que as obras já foram encerradas e está em operação.

Obra	30/06/2012	31/12/2011
Sistema de água na região de Viracopos	3.982	4.022
Circulante	81	81
Não Circulante	3.901	3.941

d) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ).

Destina-se a transferir recursos financeiros do consórcio PCJ para a execução das obras de substituição de redes de água e esgotamento sanitário em bairros de Campinas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Estação de Tratamento de Esgoto San Martin	9.518	2.179	Dezembro de 2012
Estação de Tratamento de Lodo das ETA's III e IV	4.654	2.103	Dezembro de 2012
Troca de redes de água Liceu - Chapadão	3.616	1.270	Março de 2013
Troca de redes de água Cruzeiro – Jardim Leonor	2.940	1.175	Março de 2013
Subtotal	20.728	6.727	

As obras de troca de rede de água do bairro Castelo Branco e do sistema de esgoto do Bairro Santa Cândida foram encerradas em março de 2010 e junho de 2012, respectivamente, e estão operando normalmente. Já as subvenções destinadas à estes investimentos estão sendo apropriadas ao resultado.

Notas Explicativas

Obra	30/06/2012	31/12/2011
Estação de Tratamento de Esgoto San Martin (Obra em andamento)	2.179	1.852
Estação de Tratamento de Lodo das ETA's III e IV (Obra em andamento)	2.103	2.103
Troca de redes de água Liceu – Chapadão (Obra em andamento)	1.270	352
Troca de redes de água Cruzeiro – Jardim Leonor (Obra em andamento)	1.175	386
Sistema de esgoto Bairro Santa Cândida	1.568	1.575
Troca de rede de água do Bairro Castelo Branco	1.716	1.734
Circulante	104	36
Não Circulante	9.907	7.966

e) Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Destina-se a transferir recursos financeiros oriundos do Tesouro Estadual, disponibilizados pela Lei Orçamentária Estadual à Secretaria de Meio Ambiente (SMA), em obras de preservação do meio-ambiente.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Desenvolvimento e implantação de sistemas de informação	550	487	Julho de 2012
Sistema de esgotamento sanitário Santa Bárbara	4.230	1.007	Março de 2013
Desenvolvimento de análise de amostra água bruta	340	127	Dezembro de 2012
Subtotal	5.120	1.621	

Com o termo de entrega definitivo aprovado em 02 de março de 2012, as obras de troca de rede de água do Bairro Proença foram encerradas, com isso, o total investido de R\$ 2.140 passou a ser apropriado ao resultado.

Obra	30/06/2012	31/12/2011
Troca de rede de água do Bairro Proença	2.328	2.140
Circulante	47	-
Não Circulante	2.281	2.140

As obras da Estação de Tratamento de Esgoto do Bosque das Palmeiras foram concluídas e definitivamente entregue à Companhia em maio de 2012, desta forma o montante liberado de FEHIDRO, passou a ser reconhecido no resultado mensalmente.

Obra	30/06/2012	31/12/2011
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Bosque das Palmeiras	1.169	1.063
Circulante	51	-
Não Circulante	1.118	1.063

f) O recurso do Governo do Estado para a construção da ETE Barão Geraldo, no montante de R\$ 2.416, passou a ser apropriado ao resultado, a partir de setembro de 2009, visto que a obra da ETE foi concluída e já está operando.

Notas Explicativas

Obra	30/06/2012	31/12/2011
Saldo Subvenção da ETE Barão Geraldo	1.998	2.071
Circulante	146	146
Não Circulante	1.852	1.925

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de obras em andamento. Foi também reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual será apropriado ao resultado quando a obra estiver concluída e entrar em operação, em bases lineares proporcionais ao período de depreciação desses investimentos. No 2º trimestre de 2012 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 527 (R\$ 172 no 2º trimestre de 2011), contra outras despesas/receitas operacionais.

21 – CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**a) Capital social autorizado****Capital social subscrito e integralizado**

O capital social é composto de 355.982.688 ações ordinárias, sem valor nominal, em 30 de junho de 2012 (320.965.530 ações em 30 de junho de 2011).

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28 de junho de 2012, os Acionistas autorizaram a Companhia a aumentar o seu capital social com a utilização de reservas de capital e de lucros. Os recursos para o aumento foram decorrentes da capitalização de R\$ 31.267 da reserva de lucros retidos para investimentos, R\$ 2.659 da reserva legal de 2011, R\$ 1.035 da reserva de incentivo governamental e de R\$ 56 da reserva de Correção Especial (Lei nº 8.200/91), realizada em 2011, perfazendo o total de R\$ 35.017.

ACIONISTA	Qtde. de Ação	Participação
PMC	355.952.971	99,991651900%
COHAB	5.942	0,001669200%
EMDEC	5.942	0,001669200%
SETEC	5.942	0,001669200%
LAURO PÉRICLES GONÇALVES	5.942	0,001669200%
OZAIR RIZZO	5.942	0,001669200%
ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUCA	1	0,000000300%
MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS	1	0,000000300%
PEDRO CLAUDIO DA SILVA	1	0,000000300%
GILTON PACHECO DE LACERDA	1	0,000000300%
FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE	1	0,000000300%
APARECIDA MARIA POLI	1	0,000000300%
TEXANO ROQUE DE OLIVEIRA	1	0,000000300%
TOTAL	355.982.688	100,000000000%

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

c) Lucro por ação Básico e Diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no período de janeiro a junho de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o mesmo período do ano de 2011, conforme quadro abaixo:

	2º Trimestre	30/06/2012	Básico 2º Trimestre	30/06/2011
Lucro líquido do exercício	1.468	14.371	15.461	25.076
Média ponderada de ações	332.638	326.802	320.965	318.487
	0,0044	0,0440	0,0482	0,0787

Notas Explicativas

	<u>2º Trimestre</u>	<u>Diluído</u> <u>30/06/2012</u>	<u>Diluído</u> <u>2º Trimestre</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro líquido do exercício	1.468	14.371	15.461	25.076
Média ponderada de ações	332.638	326.802	320.965	318.487
	<u>0,0044</u>	<u>0,0440</u>	<u>0,0482</u>	<u>0,0787</u>

d) Reservas de lucros

- **Reserva Legal**

É constituída com base em 5% do lucro líquido apurada em cada exercício social, nos termos da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

22 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As informações abaixo representam a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

Descrição	2º trimestre de 2012	2º trimestre de 2011
Receita Bruta Fiscal		
Abastecimento de água e saneamento	130.796	123.179
Prestação de serviços	4.786	11.785
Redes de água e esgoto	2.016	1.285
	137.598	136.249
Descontos, Retificações e Devoluções	(11.496)	(10.535)
Contribuições Sobre Vendas e Serviços	(5.221)	(5.140)
Total Receita Líquida de Vendas e Serviços	120.881	120.574

23 – RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2º trimestre de 2012	2º trimestre de 2011
Receitas financeiras		
Juros ativos	104	148
Juros de mora sobre arrecadações	1.074	1.088
Variações monetárias de arrecadações	419	601
Rendimentos de aplicações financeiras	793	932
Descontos obtidos	-	26
Outras	36	26
Totais das receitas financeiras	2.426	2.821
	30/06/2012	30/06/2011
Despesas financeiras		
Juros passivos	(6.931)	(8.717)
Variações monetárias passivas	(759)	(1.319)
Juros – encargos sociais e fiscais	(98)	(313)
Descontos concedidos	(419)	(425)
Despesas de financiamento	(1.430)	(959)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	(61)	(52)
Ajuste a valor presente	690	819
Totais das despesas financeiras	(9.008)	(10.966)
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(6.582)	(8.145)

Notas Explicativas**24 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Outras receitas		
Recuperação de perdas de credores duvidosos	693	666
Subvenções Governamentais	527	172
Termos de autorização de uso	254	(194)
Sem par conta corrente	397	273
Multas contratuais	157	255
Outros	619	303
Totais outras receitas	2.647	1.475
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado	(69)	(13)
Totais das outras despesas	(69)	(13)
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	2.578	1.462

25 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**Demonstração dos impostos e contribuições a recolher.**

	30/06/2012	31/12/2011
Obrigações Fiscais Federais		
Imposto de renda	2.565	2.565
Contribuição social	139	1.570
Cofins	4.387	5.277
Pasep	952	1.145
Imposto de renda retido na fonte	2.363	2.263
Cofins parcelado	3.365	4.016
Pasep parcelado	731	872
Contribuição social parcelado	956	1.127
Outros	158	232
Total	15.616	19.067
Obrigações Fiscais Municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	143	235
FUNDAP	402	417
Total	545	652
Total Obrigações Fiscais	16.161	19.719
Circulante	13.467	15.971
Não circulante	2.694	3.748

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados no primeiro trimestre de 2012 e no primeiro trimestre de 2011 estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas**Demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado:**

	30/06/2012		31/03/2011	
	Imposto de Renda (*)	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes:				
Lucro antes dos impostos	-	16.527	-	11.702
Juros sobre capital próprio	-	(6.600)	-	-
	-	9.927	-	11.702
Alíquota dos tributos	25%	9%	25%	9%
Impostos calculados à alíquota nominal	-	893	-	1.053
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:				
Permanentes (doações e outras)	-	50	-	49
Reserva especial realizada	-	3	-	1
Temporárias	-	(491)	-	178
Parcela do lucro de órgãos públicos	-	1.153	-	665
Parcela isenta do adicional	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Provisão de CSLL apurado a maior	-	-	-	-
	-	1.608	-	1.946
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:				
Constituição de imposto de renda diferido	-	-	-	-
Reversão de Imposto de renda diferido	-	-	-	-
Constituição de contribuição social diferida	-	(141)	-	(78)
Reversão de contribuição social diferida	-	689	-	219
	-	2.156	-	2.087

Obs:

(*) O imposto de renda foi calculado apenas sobre o lucro apurado até fevereiro de 2009 em virtude do processo da imunidade tributária obtida através do Agravo de Instrumento emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

26 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	30 de Junho de 2012			
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	585	-	-	585
Aplicações financeiras	34.141	-	-	34.141
Contas a receber de clientes	-	108.450	-	108.450
Outras contas a receber	-	-	-	-
Passivo				
Financiamentos	-	-	195.592	195.592
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	58.299	58.299
Fornecedores	-	-	22.009	22.009
Total	34.726	108.450	275.900	419.076

Notas Explicativas

31 de Dezembro de 2011				
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	3.710	-	-	3.710
Aplicações financeiras	28.080	-	-	28.080
Contas a receber de clientes	-	128.905	-	128.905
Outras contas a receber	-	-	-	-
Passivo				
Financiamentos	-	-	225.099	225.099
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	58.872	58.872
Fornecedores	-	-	24.305	24.305
Total	31.790	128.905	308.276	468.971

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já para o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

30 de Junho de 2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	585	-	585
Aplicações financeiras	-	34.141	-	34.141
Total	-	34.726	-	34.726

31 de Dezembro de 2011				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	3.710	-	3.710
Aplicações financeiras	-	28.080	-	28.080
Total	-	31.790	-	31.790

As operações da SANASA estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a SANASA adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 30 de junho de

Notas Explicativas

2012, era de R\$ 18.367, representando 14,5% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2011, esta provisão era de R\$ 19.535, equivalentes a 13,2%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a SANASA monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, e financiamentos.

O quadro abaixo representa o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 4 e 5 anos	Acima de 5 anos
Financiamentos	10.379	21.423	14.018	8.364	2.893	13.186
Empréstimos	2.688	5.375	27.193	27.193	27.193	32.260
Finame	864	1.491	790	170	112	-
Total	13.931	28.289	42.001	35.727	30.198	45.446

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Sanasa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 30/06/2011	Cenários					
				Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				ℳ	Valor	ℳ	Valor	ℳ	Valor
Instrumentos financeiros ativos	34.141	variação CDB/CDI	8,35	8,34	2.847	10,43	3.561	12,51	4.271
Instrumentos financeiros passivos	(70.263)	variação da TR	0,00	-	(7.917)	-	(7.917)	-	(7.917)
Instrumentos financeiros passivos	(31.081)	variação do INPC	4,91	5,00	(4.431)	6,25	(4.915)	7,50	(5.338)
Instrumentos financeiros passivos	(3.427)	variação do TJLP	6,00	5,50	(462)	6,88	(512)	8,25	(564)
Instrumentos financeiros passivos	(100.618)	variação do CDI	8,35	8,34	(12.760)	10,43	(14.936)	12,51	(17.118)
Total	(171.248)	***	***	***	(22.783)	***	(24.719)	***	(26.666)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 30/06/201	Cenários					
				Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros ativos	34.141	variação CDB/CDI	8,35	8,34	2.847	6,26	2.138	4,17	1.424
Instrumentos financeiros passivos	(70.263)	variação da TR	0,00	-	(7.917)	-	(7.917)	-	(7.917)
Instrumentos financeiros passivos	(31.081)	variação do INPC	4,31	5,00	(4.431)	3,75	(4.068)	2,50	(3.644)
Instrumentos financeiros passivos	(3.427)	variação da TJLP	6,00	5,50	(462)	4,13	(413)	2,75	(360)
Instrumentos financeiros passivos	(100.618)	variação do CDI	8,35	8,34	(12.760)	6,26	(10.582)	4,17	(8.386)
Total	(171.248)	***	***	***	(22.783)	***	(20.842)	***	(18.883)

Fonte:

CDI / INPC – Banco Central do Brasil

TR / TJLP – Fontes internas da Companhia e externas de mercado

27 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia esta negociando junto ao Sindicato da Categoria alterações de benefícios pós emprego citado na nota explicativa 18 b, que alteraram a indenização por aposentadoria do Acordo Coletivo de Trabalho e implementarão um Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), com expectativa da aprovação no 3º trimestre de 2012.

Notas Explicativas

DIRETORIA EXECUTIVA

Marco Antônio dos Santos
Diretor Presidente

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Augusto Carlos Vilhena Neto
Diretor Técnico

Rogério Stracialano Parada
Diretor Comercial

José Roberto Barreto
Diretor Administrativo

Antonio Moreira Franco Jr.
Gerente de Controladoria

Jean Carlos Pereira
Coordenador do Setor de Contabilidade
Societária
Contador – 1SP180441/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA
Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a informação intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2012, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 27 de julho de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinou as Informações Trimestrais que lhe foram apresentadas, elaboradas de acordo com a legislação vigente, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2012 e seu comparativo com o período de 30 de junho de 2011, compostas pelo, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, datado de 27 de julho de 2012, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal entende que tais documentos e a proposta de destinação do lucro líquido, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Acionistas da Sociedade, em Assembleia Geral Ordinária.

Campinas, 27 de julho de 2012.

DAGILDO DE JESUS RODRIGUES

JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA

MILTON ARRIVABENE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.19.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 30 de junho de 2012, e seu comparativo com o período de 30 de junho de 2011, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Campinas, 27 de julho de 2012.

Marco Antônio dos Santos
Diretor Presidente

Augusto Carlos Vilhena Neto
Diretor Técnico

Rogério Stracialano Parada
Diretor Comercial

José Roberto Barreto
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 30 de junho de 2012.

Campinas, 27 de julho de 2012.

Marco Antônio dos Santos
Diretor Presidente

Augusto Carlos Vilhena Neto
Diretor Técnico

Rogério Stracialano Parada
Diretor Comercial

José Roberto Barreto
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores